



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Populações, Gerações e Ciclos de Vida

NOVOS COMPORTAMENTOS NA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA: IMPACTOS DA FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIORⁱ

CACHAPA, Filipa C.
Mestrado em Sociologia
Universidade de Évora
filipaccachapa@gmail.com

MENDES, Maria Filomena
Doutoramento em Sociologia
Universidade de Évora
mmendes@uevora.pt

REGO, Maria Conceição
Doutoramento em Economia
Universidade de Évora
mcpr@uevora.pt

Resumo

Nas últimas décadas a sociedade assistiu a processos de mudança profunda que conduziram a novos comportamentos e a novas formas de ser e estar. Ao contrário do que se verificou em gerações passadas, a idade cronológica é cada vez menos uma referência e importa questionar como é hoje feita pelos jovens a transição para a vida adulta. Actualmente, o espaçamento entre o momento de terminar a frequência do sistema de ensino (nomeadamente, o superior), arranjar um primeiro emprego e todos os restantes acontecimentos que tradicionalmente se seguiam, torna-se maior. No presente estudo, procuramos compreender como é que o contexto social, económico e demográfico dos países europeus, e a frequência do ensino superior, contribuem para 'novos' comportamentos dos jovens na transição para a vida adulta, nomeadamente, no que diz respeito ao impacto da questão da empregabilidade. Para isso, numa análise multidisciplinar, que envolve a Sociologia e a Demografia, e através de uma metodologia essencialmente quantitativa, procuraremos identificar indicadores que poderão compreender aquelas relações na Europa.

Abstract

In recent decades society has suffered deep changes that lead to new behaviors in transition to the different stages along the life course. Contrary to past generations, the chronologic age is no longer a reference; thus, it is crucial to understand how young people do their transition to adulthood. In the past, childhood was followed by a rapid transition to the adulthood in which the majority of individuals, almost sequentially, entered the labor market, left the parental home, got married and had children. Currently, the spacing between the time to complete full education (including higher education) and getting a first job becomes larger. In the present study, we will try to understand how the social, economic and demographic conditions of the European countries and the participation in higher education contribute to "new" behaviors of young people in transition to adulthood, namely, in what concerns employability. Following a multidisciplinary analysis, which involves Sociology and Demography, and through a quantitative approach we will try to identify indicators that can describe the relationship between the social and economical background, higher education participation and transition to adulthood in Europe.

Palavras-chave: transição para a vida adulta, ensino superior, educação, emprego jovem, Europa

Keywords: Transition to adulthood; higher education; education, youth employment, Europe

[PAAP1551]

1. Introdução

Nas últimas décadas a preocupação com o estudo das gerações e dos ciclos de vida tem sido ainda mais sentida levantando questões que se prendem com a tradicional forma de transição para a vida adulta que se tem transformado, em parte devido à transformação dos contextos social e económico envolventes, tornando-se pouco previsível como o era. De tal forma assim o é que nem parece ser conceptualmente correcto referirmo-nos a *uma transição*, mas sim, usando o plural, em *diversas transições* para a idade adulta (Pais, 1990; 2003).

Se há tempos para cá podíamos enumerar um conjunto de marcadores de passagem sequenciais hoje já não o conseguimos, tal é a variedade de alternativas exploradas pelos jovens que transitam para as suas vidas de adulto (Pais, 1990; 2003, Wall, 2011). A ordem dos marcadores de passagem é variada contudo existe um deles que é incontornável e do qual podem depender as transições para a idade adulta – a entrada no mercado de trabalho (Pappámikail, 2010).

Numa época de fortes mudanças ao nível do mercado económico e das formas típicas de emprego, torna-se fundamental compreender o modo como os jovens perspectivam o mercado de trabalho e que estratégias podem existir para minimizar a dificuldade inegável da entrada dos jovens no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que importa compreender que ‘novos’ comportamentos possam existir num ‘novo’ contexto europeu, baseado no binómio educação-emprego, no prolongamento do tempo das juventudes e no conseqüente adiamento da vida adulta.

Nesta comunicação procuramos identificar indicadores que apontem pistas para compreender as relações entre este novo contexto social e económico, a maior participação dos jovens ao nível do ensino superior e o modo como estes indicadores poderão contribuir para novos comportamentos de transição para a vida adulta, na Europa contemporânea.

2. ‘Novos’ comportamentos na transição para a idade adulta

A crescente importância atribuída aos jovens é notória na igual atenção que os sociólogos e outros cientistas sociais lhe têm vindo a dar ao longo da história. A juventude é, sem dúvida, e como referiu Lia Pappámikail (2010, pág. 396), “um produto da modernidade”.

O modo de se entender a juventude e a transição para a idade adulta na Europa tem mudado bastante nas últimas décadas. Se há cinquenta ou sessenta anos a infância era imediatamente seguida por uma fase intermédia, em que se vivia com os pais até que se entrava no mercado de trabalho, e passando-se quase instantaneamente para a vida adulta, deixando-se de viver com os pais, cansando-se e tendo o primeiro filho (Wall, 2001), hoje este fenómeno é substancialmente diferente.

Na opinião de Clarissa Kugelberg (1998, pág. 42) houve três grandes mudanças que influenciaram as vidas dos jovens europeus. Em primeiro lugar, o prolongamento da educação que conduz necessariamente ao adiamento da entrada no mercado de trabalho; em segundo, a redução do número de empregos permanentes, o aumento das taxas de desemprego e o mercado de trabalho *precário* que dificultam a inserção dos jovens na vida profissional, acabando muito deles por ficar numa situação de dependência dos familiares ou de subsídios públicos; em terceiro lugar, a multiplicidade de alternativas e de tomadas de decisão que a complexa sociedade (pós)moderna oferece. Neste capítulo abordaremos estas mudanças.

2.1. Novas exigências, novos comportamentos: a importância da educação superior

Cada vez mais os estudos, a educação e a frequência de um ensino superior se encontram associados à oportunidade de ter um emprego. A grande responsabilidade da emergência deste fenómeno que associa, pelo menos teoricamente, o mercado de trabalho às qualificações superiores, diz respeito às transformações no mercado de trabalho (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Vivemos num mundo globalizado onde a concorrência e a exigência são as palavras de ordem. O desenvolvimento do contexto económico e social trouxe novas variáveis na relação entre as pessoas e o emprego. Já não estamos a falar de *one best way* ou do *homem certo para o lugar certo*. A modernização acelerada da sociedade levanta uma série de exigências, como a competitividade, a capacidade de ser empreendedor e de criar o seu próprio emprego, a criatividade, a persistência... Em síntese, para se conseguir um emprego, é necessário ter conhecimentos e mostrar as suas potencialidades (Kugelberg, 2008). A qualificação e o autoinvestimento em saberes intelectuais através do ensino superior surgem numa perspectiva de diferenciação entre os indivíduos no mercado de trabalho (Parente *et. al.*, 2011).

O prolongamento da juventude, e o conseqüente adiamento das transições para a vida adulta, resultam num ‘novo’ conjunto de comportamentos, característicos da sociedade contemporânea. Estes comportamentos, marcadamente diversos e compostos por infinitas opções e alternativas, caracterizam as vidas dos jovens de hoje. O jovens são responsáveis pelo seu trajecto de vida; vivem constantemente envolvidos em escolhas e decisões, na composição de novas identidades e ao mesmo tempo na construção de biografias individuais, devidamente planeadas e projectadas (mesmo que nunca se venham a realizar) (Pais, 1990; Pais, 2003; Pais *et. al.*, 2005; Kugelberg, 1998).

Parente *et al.* (2011) afirmam que a educação é um “custo de oportunidade”: cada jovem é livre de escolher investir na sua qualificação. E muitos o fazem. E, ao fazê-lo, adiam, voluntariamente ou não, a transição para uma vida de adulto. Adiam pois, a entrada no mercado de trabalho, na expectativa de alcançar uma remuneração proporcionalmente mais elevada (Parente *et. al.*, 2011).

2.2. E depois do ensino superior? Entre a dependência dos pais e o mercado de trabalho

Aliando as taxas de desemprego, e as dificuldades de encontrar um trabalho permanente, à importância crescente que se atribui à educação, o facto de continuar os estudos para além do ensino obrigatório ou mesmo a opção por cursos pós-graduados revela-se uma estratégia defensiva perante as dificuldades de inserção profissional (Pais *et al.*, 2005). O “refúgio no prolongamento das trajectórias escolares” (Pais *et. al.*, 2005, pág. 119) acaba por ser uma forma de escape à realidade dura do desemprego.

Concluído o ensino superior, os jovens europeus têm à sua espera, na melhor das hipóteses, “formas atípicas de emprego”, ou seja, empregos com contracto de duração determinada ou a prazo, empregos de substituição, empregos intermitentes ou em regime de subcontratação sem contracto efectivo (Oliveira *et. al.*, 2011). Têm, portanto, ao abandonar o sistema de ensino, aquilo que se designa de *trabalho precário* ou em alternativa... o desemprego. Nem uma nem outra opção é propriamente satisfatória. Face a esta dualidade, a solução é muitas vezes continuar os estudos. Primeiro para um mestrado, depois uma pós-graduação... E assim se evita o desmotivador mercado de trabalho.

Os jovens, ao não entrarem no mercado de trabalho e ao não conquistarem a sua independência financeira, estão a colocar a *vida de adulto* em “*stand-by*”, numa espera até que não possam mais evitar a precariedade de um emprego a termo ou um outro sem qualquer estabilidade. Esta situação não se verifica de modo idêntico em todos os países europeus. Os países nórdicos têm uma realidade diferente, profundamente marcada pelo sistema de protecção social que possuem e pelas bases económicas fortes que caracterizam esses países (Oliveira *et. al.*, 2011). Os países onde ainda vigora o Estado-Providência têm, por natureza, um mercado de trabalho mais frágil, mas mais rígido (Oliveira *et. al.*, 2011). Os países do Sul da Europa são exemplo desta segunda situação.

Enquanto que os países de modelo denominado *nórdico* entendem a flexibilidade do trabalho como algo positivo, representando, por exemplo, a polivalência de funções, para o segundo modelo de países do Sul o mesmo conceito representa, porventura, apenas más condições de trabalho e precariedade. Ter um emprego temporário representa para alguns jovens uma forma de adquirir experiência no mercado de trabalho e ganhar independência, recorrendo a este de forma voluntária e, em muitos casos, com o objectivo de pagar os próprios estudos; mas para outros jovens, de forma contrastante, o emprego temporário surge depois de

concluído o ensino superior, posteriormente a serem exploradas todas as alternativas e com um resultado de certo modo constrangedor para esses jovens (Oliveira *et al.*, 2011).

O segundo grupo de jovens insere-se numa cultura da *tradicionalidade*, geradora de relações de dependência com a família, na qual os jovens encontram refúgio (Pais *et. al*, 2005). Há nestes países uma grande distância entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho que, apesar de tudo, acaba por ser pouco permeável à entrada dos jovens. Estes ficam dependentes financeiramente dos Pais, não só no presente mas projectando-se essa dependência no futuro (Pais *et al.*, 2005)

A dificuldade da entrada no mercado de trabalho, na aquisição de um primeiro emprego, deixa os jovens numa situação intermédia, numa *zona de ninguém*, entre a saída do sistema de ensino e a espera de encontrar um emprego. Uma situação que, na actualidade, nos coloca uma questão crucial: o que é ser jovem e o que é ser adulto? Uma primeira reflexão quase nos leva a concluir que o período de transição para a vida adulta torna-se hoje, por si mesmo, uma etapa autónoma do curso da vida.

3. Situação da Europa contemporânea

3.1. O contexto socioeconómico

A transição para a vida adulta está aliada à independência financeira que depende necessariamente da entrada no mercado de trabalho. Há já algum tempo que o modelo económico que conhecíamos parece ter entrado em falência e já desde o último quarto do século XX as taxas de desemprego na Europa têm vindo a aumentar (Guerreiro e Abrantes, 2007). De acordo com o Eurostat a taxa de desemprego na zona euro foi igual a 10,9% em Março de 2012, mais um ponto percentual do que quando comparado com os dados do período homólogo em 2011.

As condições económicas e financeiras que permitiram a prosperidade ocidental depois da II Grande Guerra estão transformaram-se. Há uma desregulação dos mercados e o ambiente estável e previsível de então é agora incerto e em constante mutação. Num contexto social e económico (pós)moderno e globalizado, o mercado de trabalho tem sofrido “convulsões” (Guerreiro e Abrantes, 2007) com fortes implicações no modo como os jovens transitam para a vida adulta.

Os efeitos são sentidos de diferentes formas de país para país mas, um pouco por toda a Europa, é inegável que os modelos *tayloristas* têm sido substituídos por modelos mais flexíveis e competitivos (Guerreiro e Abrantes, 2007). É neste sentido que a mudança do paradigma técnico-económico e da nova fase de acumulação capitalista trazem consigo novos conceitos relacionados com o novo funcionamento do mercado de trabalho, entre eles, a questão da empregabilidade (Parente *et. al*, 2011).

Desde a segunda metade do século XX que “o crescimento económico abrandou, a capacidade de criação de emprego regrediu” (Guerreiro e Abrantes, 2007). A adaptação a esta nova realidade surge como uma resposta das sociedades e o investimento na educação e na formação acaba por ser “uma estratégia defensiva contra o desemprego” (Pais, Cairns e Pappámikail, 2005). Apesar da média de anos de escolaridade apresentar alguns anos abaixo do ensino obrigatório, na maioria dos países em análise, a tendência é que a escolaridade dos indivíduos seja no mínimo de 15 anos, de acordo com os dados de 2011 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (conforme Tabela 1). São também os países com maior valor de IDH aqueles onde se espera que a população invista mais na sua formação – Noruega, Suécia e Alemanha.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano e alguns dos seus componentes

	IDH (valor)	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)
Alemanha	0,905	80,4	12,2	15,9
Espanha	0,878	81,4	10,4	16,6
França	0,884	81,5	10,6	16,1
Hungria	0,816	74,4	11,1	15,3
Noruega	0,943	81,1	12,6	17,3
Portugal	0,809	79,5	7,7	15,9
R. Unido	0,863	80,2	9,3	16,1
R. Checa	0,865	77,7	12,3	15,6
Suécia	0,904	81,4	11,7	15,7

Fonte: PNUD, 2011

No entanto, a Noruega e a Suécia não são os países com maior despesa pública na educação. Em primeiro lugar a França e depois surge então a Alemanha e Portugal (Tabela 2). Portugal surge no contexto dos países com maior percentagem do PIB aplicada nas despesas com a educação, entre 2006 e 2009, mas o nível médio de escolaridade da população é bastante reduzido, fruto também da população envelhecida que o caracteriza e cuja escolaridade é bastante baixa. Portugal encontra-se também entre os países com menor PIB *per capita*, observando-se apenas na Hungria um valor mais baixo. Mais uma vez, os dados destacam o facto dos países com maior número médio de anos de escolaridade serem, simultaneamente, os países mais *economicamente mais favorecidos*; com excepção apenas para o Reino Unido que apresenta um dos três valores mais baixos do número médio de anos de escolaridade, uma despesa pública na educação moderada mas, mesmo assim, se encontra no topo dos países com maior PIB *per capita* (Tabela 2)

Tabela 2 – PIB per capita (USD em PPC) e despesa pública na educação (% do PIB), 2006-2009

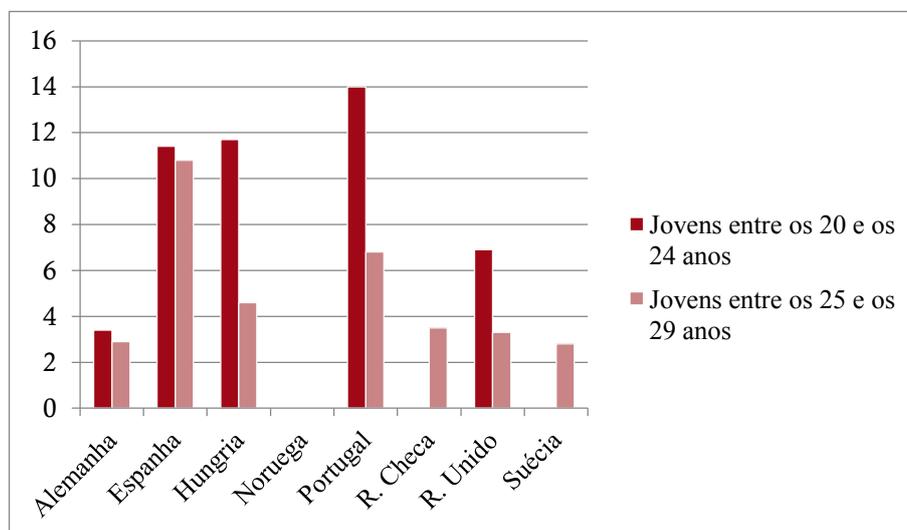
	PIB per capita (USD em PPC)	Despesa Pública na Educação (% do PIB)
Alemanha	36,338	11,3
Espanha	32,150	9,7

França	33,674	11,7
Hungria	20,312	7,3
Noruega	56,214	9,7
Portugal	24,920	11,3
Reino Unido	35,155	9,3
República Checa	25,581	7,6
Suécia	37,377	9,9

Fonte: PNUD, 2011

Face a este contexto, na medida em que o adiamento na transição para a vida adulta se encontra directamente relacionado com as dificuldades do mercado de trabalho e no investimento em formação como resposta a essas dificuldades, podemos observar que, no caso dos países com maior valor de IDH, a taxa de jovens desempregados com o ensino superior (que não estavam a trabalhar) apresentava, em 2009, valores aproximados a zero (0%). A figura 1 mostra que os jovens com ensino superior nos países melhor posicionados na classificação de IDH não passam por situações de desemprego, contrariamente ao que acontece com Portugal – que regista a taxa mais alta de jovens com ensino superior no desemprego (14% para os jovens entre os 20 e os 24 anos) – Hungria (11,7% para os jovens entre os 20 e os 24 anos) e Espanha (11,4% para os jovens entre os 20 e os 24 anos).

Figura 1 – Taxa de desemprego dos jovens com ensino superior.

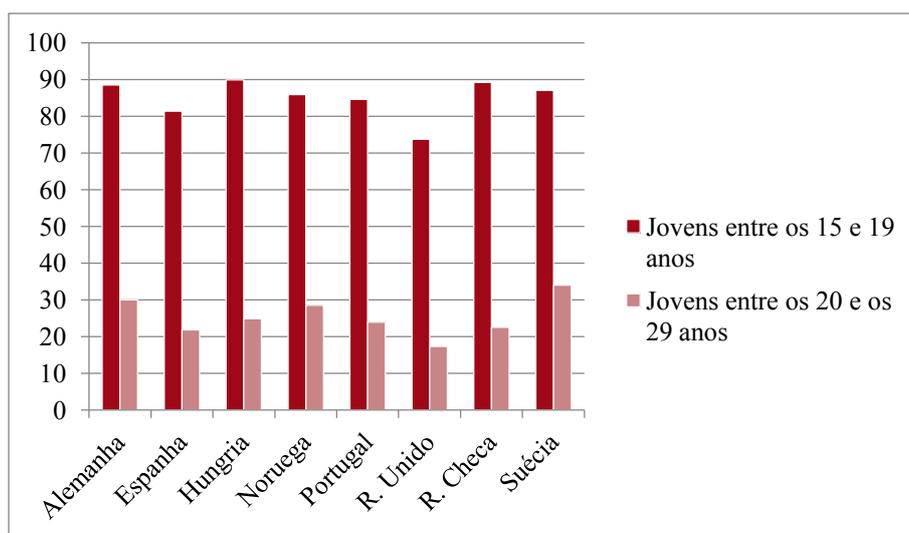


Fonte: Eurostat, 2009.

3.2. O papel das universidades nas sociedades europeias

Em toda a Europa o ensino superior caracteriza de forma marcante todos os sistemas de ensino, constituindo-se como um grau de ensino onde participa, massivamente, a maioria dos jovens europeus (Figura 2).

Figura 2 – Taxa de participação no ensino superior.



Fonte: OCDE, 2011. Elaboração própria

O que o ensino superior é hoje na Europa decorre da evolução sofrida ao longo de todo o período do pós-guerra. Eventualmente, a alteração mais significativa diz respeito à chamada ‘massificação’ do sistema – ao contrário do sistema elitista que vigorava na primeira metade do século XX –, na medida em que hoje a generalidade dos jovens europeus que pretendem frequentar o ensino superior têm condições para o fazer. A par do aumento do número de alunos, naturalmente também aumentou de forma significativa o número de docentes, o número e o tipo de instituições (ver Tabela 3) e instalações, bem como o financiamento associado (conforme Tabela 4). Estas alterações decorrem das novas exigências sociais (Arbo e Benneworth, 2007) associadas às transformações tecnológicas e industriais bem como ao aumento de procura de mão de obra qualificada.

Tabela 3 – Tipos de instituições de ensino superior.

Países		
Alemanha	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: oferecem cursos especializados (arte e música) e/ou profissionais (ciências aplicadas)
Espanha	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: oferecem cursos especializados (artes e desporto)
Hungria	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: apenas não conduzem trabalhos de investigação científica
Noruega	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: oferecem licenciaturas (colégios) e oferecem programas de doutoramento e mestrados (colégios públicos)
Portugal	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: apenas não oferecem o 3º ciclo de estudos superiores

R. Unido	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: oferecem cursos especializados (artes, design, teatro, música e agricultura)	
R. Checa	Instituições públicas: sob a autoridade do Ministério da Educação, Juventude e Desporto	Instituições estatais: dependem do Ministério da Defesa e do Ministério do Interior	Instituições privadas: : sob a autoridade do Ministério da Educação, Juventude e Desporto
Suécia	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: apenas não oferecem o 3º ciclo de estudos superiores, salvo casos especiais e devidamente autorizados	

Fonte: Comissão Europeia, 2011a; 2011b; 2011c; 2010a; 2010b; 2010c; 2008; 2007. Elaboração própria

Tabela 4 – Modos de financiamento, apoio aos estudantes e propinas

Países	Bolsas	Empréstimos	Bolsas de empresas	Bolsas especiais aos mais desfavorecidos	Facilidade demateriais de estudo mais baratos	Livre de propinas
Alemanha	Existe	Existe	Existe	Existe	Não existe	Não
Espanha	Existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não
Hungria	Não existe	Existe	Não existe	Existe	Não existe	Não
Noruega	Existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Sim
Portugal	Existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não
R. Unido	Existe	Existe	Existe	Existe	Não existe	Não
R. Checa	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Sim
Suécia	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Existe	Sim

Fonte: Comissão Europeia, 2011a; 2011b; 2011c; 2010a; 2010b; 2010c; 2008; 2007. Elaboração própria

Ao longo das últimas décadas, na Europa, a procura de ensino superior tem evoluído também de forma positiva, nos vários países: a par dos objectivos das política públicas, os próprios indivíduos começaram a manifestar maior interesse na participação no sistema educativo. Por isso, a participação nos vários graus de ensino aumentou de forma significativa, o que também potencia a maior participação no ensino superior. O ensino superior tem, assim, vindo a estar muito ligado ao conceito de desenvolvimento quer a nível individual, quer social. A evolução sentida ao nível da sociedade do conhecimento está associada à maior relevância, social e económica, dos sistemas educativos e de investigação e está fortemente correlacionada com a melhoria da capacidade competitiva da economia.

Por via das suas características intrínsecas, as universidades desempenham um papel de ligação entre os contextos globais e os territórios locais onde se inserem. Porventura, as instituições de ensino superior serão

as entidades que, de forma mais eficiente, poderão interligar, o avanço no conhecimento, gerado globalmente, com as necessidades locais, às quais as universidades poderão dar resposta, consolidando verdadeiramente o conceito de ‘glocal’, ou seja: pensar global e agir local.

As universidades e outras instituições de ensino superior, produzem, assim, importantes efeitos no território, quer percebidos do lado da procura, quer do lado da oferta, aos mais diversos níveis territoriais, e mantendo a sua secular e principal característica de instituição de criação e difusão de conhecimento avançado e inovação.

4. Metodologia e Discussão de Resultados

O presente estudo teve por base os dados recolhidos pelo *European Social Survey*ⁱⁱ(ESS Round 5, 2010). Para explorar os dados com o objectivo de identificar indicadores que poderão ajudar a explicar a relação entre contexto social e económico, frequência do ensino superior e a transição para a vida adulta na Europa começou-se por uma análise descritiva dos dados inicialmente através de uma análise univariada e numa segunda uma análise bivariada.

Com base nos dados do ESS (Round5), inquérito por questionário aplicado a vários países europeus, propomo-nos elaborar alguns contributos sobre o modo como os comportamentos dos jovens europeus na transição para a vida adulta é influenciado pela participação no ensino superior.

Para cumprir este objectivo seleccionámos algumas das várias variáveis disponibilizadas no inquérito, transformando-as, na maioria dos casos, em variáveis dicotómicas. Foram utilizadas variáveis que respeitam à duração do nível de escolaridade dos indivíduos (como o *nível mais elevado de educação* e o *número de anos de ensino a tempo inteiro completos*) e outras relacionadas com o emprego e atitudes perante o trabalho (como a variável *alguma vez teve um emprego pago*, a opinião sobre a *necessidade de um indivíduo ter educação além da obrigatória para se candidatar ao emprego*, o *número de anos de educação além da obrigatória necessária para se candidatar a esse emprego*, a opinião sobre *quão difícil ou fácil é encontrar um emprego equivalente ou melhor do que aquele que tem* e ainda a *importância da segurança*, a *importância do salário elevado* e a *importância da oferta de boas oportunidades de formação na escolha de um emprego*).

A presente investigação está inserida num projecto mais vasto onde estão a ser estudados 9 países europeus (ver anexo – tabela I), entre os quais a Alemanha, a Espanha, a França, a Hungria, a Noruega, Portugal, o Reino Unido, a República Checa e a Suécia. Por esse facto, seleccionámos os mesmos países e os indivíduos neles residentes cujas idades se situavam entre os 17 e os 31 anos.

No momento da aplicação do questionário, no conjunto dos países, a maioria dos indivíduos tem 31 anos (moda) ainda que a idade mediana sejam os 24 anos. Analisando cada país de forma individual verificamos que a idade mais frequente varia entre os 17 e os 31, mas a idade mediana, por sua vez, encontra-se entre os 27 e os 29. A Alemanha e a Suécia são os países com maior número de indivíduos mais novos, com respectivos valores modais de 17 e 19 anos, enquanto que no caso da Espanha e do Reino Unido a idade mais frequente – 31 anos – corresponde ao valor mais elevado do conjunto de países (ver Tabela 5).

Tabela 5 - Idades aproximadas (com base no ano de nascimento)

Países	Média	Mediana	Moda
Alemanha	24	23	17
Espanha	24	25	31
França	24	24	28
Hungria	24	24	20

Noruega	24	24	29
Portugal	24	24	28
Reino Unido	25	25	31
República Checa	25	25	29
Suécia	23	23	19
Total	24	24	31

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

4.1. Os jovens e o sistema de ensino superior

Destes indivíduos a maioria (79,1%) apenas tem, no máximo, um curso pós-secundário, conforme mostra a Tabela 6. O número de indivíduos com cursos superiores é sempre inferior a 50%, independentemente do país em análise. Destacam-se com a maior percentagem de jovens com o ensino superior os franceses (33,7%), os britânicos (31,8%) e os noruegueses (28,1%), apresentando a República Checa (11%) e a Alemanha (12,4%) as menores percentagens de jovens com o ensino superior. Portugal encontra-se numa situação intermédia com 16,7% dos jovens, entre os 17 e os 31 anos, com um curso superior, algo distante da vizinha Espanha, com 26,8%, mas próximo da Hungria (16,5%) e da Suécia (17,8%).

Tabela 6 – Percentagens dos indivíduos por nível máximo de nível de educação e por situação perante o ensino superior(%)

Países	1º e/ou 2º ciclos do ensino superior	3º Ciclo do ensino superior	Ensino secundário ⁱⁱⁱ	Outro nível de educação não superior	Ensino secundário e outro não superior	Ensino superior
Alemanha	12,2	0,2	87,5	0,2	87,6	12,4
Espanha	26,5	0,2	73,3	0,0	73,2	26,8
França	33,0	0,6	66,3	0,0	66,3	33,7
Hungria	16,5	0,0	83,5	0,0	83,5	16,5
Noruega	27,8	0,3	71,6	0,3	71,9	28,1
Portugal	16,9	0,0	83,1	0,0	83,1	16,9
R. Unido	30,9	0,2	66,9	2,0	68,2	31,8
R. Checa	11,0	0,0	89,0	0,0	89,0	11,0
Suécia	17,8	0,0	82,2	0,0	82,2	17,8
Total	20,5	0,2	79,1	0,3	79,3	20,7

Fonte: ESS 2010 – Round 5. Elaboração própria

Uma análise aprofundada dá-nos uma perspectiva mais próxima da realidade das *durações dos períodos de estudo* dos jovens quando analisamos o número de anos já completados. A diferenciação entre o nível de educação que um jovem tem e o número de anos que já concluiu é fundamental: um jovem que está, por exemplo, no terceiro ano do primeiro ciclo (ou caso tenha concluído 14 anos de estudo completos), está no ensino superior ou pelo menos passou pelo ensino superior; quando avaliamos o nível de educação mais elevado, este mesmo jovem tem, no máximo, um curso pós-secundário sendo de imediato excluído do grupo de jovens com frequência do ensino superior.

O interesse deste estudo, mais do que apurar os comportamentos nas transições para a vida adulta de jovens que tenham concluído um curso superior, é tentar compreender qual a influência da participação no ensino superior nesses comportamentos. Assim, o alvo do nosso estudo não é apenas constituído por jovens graduados mas igualmente pelos jovens que ainda estão a frequentar o ensino superior.

Ao agregarmos a totalidade de anos que correspondem a cursos de ensino superior (ou seja, se aos cursos de primeiro e segundo ciclos adicionarmos os programas de doutoramento e aprendizagem ao longo da vida) a Espanha surge destacada, com mais de 70% dos jovens com 13 ou mais anos de ensino completos (em anexo, tabela II).

Continuam a ser os franceses (59,6%), os noruegueses (54,2%) e os jovens britânicos (53,9%) aqueles que mais se distinguem entre todos os que têm entre 13 e 17 anos completos de ensino, mas as percentagens variam bastante quando comparamos com o nível de educação mais elevado dos mesmos jovens (ver em anexo, tabela II). Esta análise mais rigorosa dos dados permite-nos dizer que quase metade dos jovens frequentam ou frequentaram uma licenciatura ou mestrado. Os países cujos jovens aparentemente tinham menos formação encontram-se agora com valores não muito diferentes da França, Noruega ou Reino Unido, ainda que estes três sejam os únicos que ultrapassam os 50% dos jovens com um número de anos completos de ensino entre os 13 e os 17. Muito diferente é a situação de Portugal, com a percentagem mais baixa dos nove países – 24% - e com uma elevada parte da população jovens entre os 17 e os 31 anos que frequenta ou frequentou apenas até 12 anos completos de ensino.

4.2. Os jovens, o emprego e as atitudes perante o trabalho

Apesar das inúmeras variantes e alternativas encontradas e exploradas hoje pelos jovens, e da inegável flexibilidade que cada vez mais caracteriza os *marcadores de passagem*, falar em transição ou transições para a vida adulta implica, necessariamente, fazer referência à entrada no mercado de trabalho e às questões do emprego.

Dos jovens inquiridos 56,2% tinham um emprego pago há pelo menos sete dias antes da aplicação do inquérito (conforme Tabela 7). A maior percentagem de jovens empregados registava-se na Noruega (67,9%), no Reino Unido (64,1%) e em França (61,6%). No conjunto de países, a percentagem de jovens “que nunca teve um emprego” e a que diz respeito à daqueles “que já trabalharam” é muito semelhante, correspondendo a 22,4% no primeiro caso e a 21,4% no segundo. Os portugueses encontram-se no grupo de indivíduos com menor percentagem de jovens a trabalhar, na ordem dos 50,6% e são também os portugueses o que registam as maiores percentagens de jovens que nunca trabalharam – 28,1% – sendo, neste caso, apenas ultrapassados pelos húngaros (32,2%) e pelos checos (33,3%). Continuando a analisar os jovens que nunca passaram pelo mercado de trabalho evidenciam-se os suecos e os noruegueses, em que apenas 8% ou 7,7%, respectivamente, nunca tiveram emprego. Significa que, mesmo que à data não estivessem a trabalhar, entre 32,7% e 24,4% dos jovens nórdicos inquiridos já tiveram um emprego remunerado.

Tabela 7 – Percentagem de jovens segundo a sua situação perante o trabalho (%)

Países	Já teve emprego pago	Nunca teve emprego pago	Está a trabalhar
Alemanha	18,9	24,6	56,5
Espanha	23,6	27,9	48,5

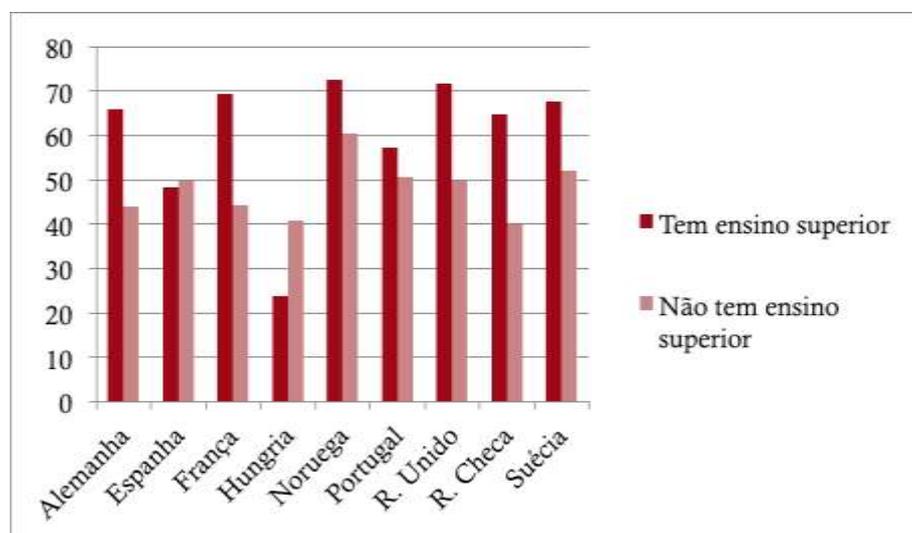
França	20,3	18,1	61,6
Hungria	20,2	32,2	47,6
Noruega	24,4	7,7	67,9
Portugal	21,3	28,1	50,6
Reino Unido	23,2	12,8	64,1
República Checa	14,2	33,3	52,5
Suécia	32,7	8,0	59,3
Total	21,4	22,4	56,2

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Os dados indicam que há evidência estatística ($p\text{-value} \leq 0,004$) para afirmarmos que existe uma relação entre a situação perante o emprego e o facto dos jovens terem ou não frequentado o ensino superior, à excepção dos casos de Portugal ($p\text{-value} = 0,565$) e Espanha ($p\text{-value} = 0,962$). Em quase todos os restantes países existe associação entre as variáveis, tendo em consideração que a possibilidade de os jovens, entre os 17 e os 31 anos de idade, terem um emprego pago é superior quando estes têm pelo menos 13 anos de ensino completos (64,1%, contra os 39,8% de jovens que trabalha mas não frequentou o ensino superior), tendo portanto frequentado o ensino superior. O caso dos jovens húngaros, onde a relação entre a situação perante o emprego e o facto dos jovens terem ou não frequentado o ensino superior existe mas é uma relação de independência. Isto significa que, se para os jovens da Península Ibérica, ter ou não ter um emprego pago não tem qualquer relação com o nível de ensino que tenham frequentado, e se por outro lado para a maioria dos jovens europeus em estudo ter um emprego pago está associado a ter frequentado o ensino superior, por sua vez, não podemos afirmar que exista essa igual dependência na Hungria.

A Figura 3 sugere que a possibilidade de ter um emprego pago na Hungria não está dependente de ter frequentado o ensino superior. Podemos observar que é superior a percentagem de jovens húngaros que possuem um emprego pago mas que não frequentaram o ensino superior (40,7%, versus os 23,9% de jovens húngaros que têm um emprego mas não frequentaram o ensino superior).

Figura 3 –Indivíduos que tem um emprego pago por situação perante o ensino superior (%)



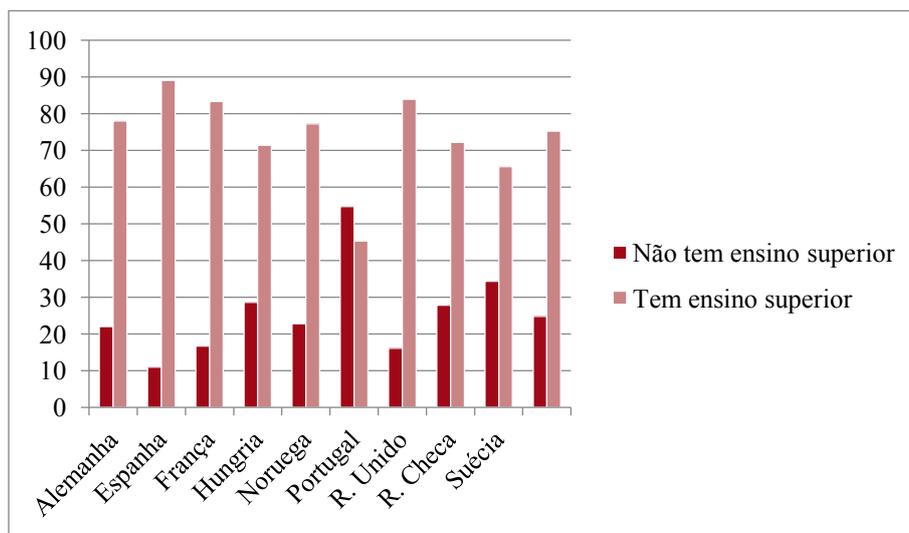
Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Parece também existir uma associação ($p\text{-value}= 0,000$) entre a opinião que os jovens trabalhadores europeus têm sobre a necessidade de se ter um nível de ensino para além do obrigatório e o facto deterem ou não frequentado o ensino superior. De todos os indivíduos que consideram que é necessário um nível de ensino para além do obrigatório para adquirir um emprego, 75,2% têm o ensino superior. A Espanha, o Reino Unido e a França são os três países que têm a maior percentagem de opinião favorável (ver Figura 4).

Contrariamente ao que acontece na esmagadora maioria dos países em análise, os jovens portugueses que não têm o ensino superior são os que mais acreditam na necessidade de ter um nível de ensino além do obrigatório aquando da candidatura a um emprego remunerado.

No entanto, as opiniões dos jovens portugueses que possuem o ensino superior concentram-se no “sim, é necessário” (78,4%), existindo apenas 21,6% que não acham ser necessário alguma formação adicional, para além do 12º ano de escolaridade, para aceder ao mercado de trabalho (ver em anexo, Tabela III). De facto, os dados revelam que, em todos os países, os jovens com ensino superior são os que mais vêm necessidade de se ter um nível de ensino além do obrigatório na aquisição de um emprego, destacando-se a Hungria, Portugal e a Suécia com os valores mais altos.

Figura 4 - Opiniões favoráveis à necessidade de se ter um nível de ensino além do obrigatório, segundo a posição dos jovens perante o ensino superior (%)



Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Os jovens com ensino superior que acreditam na necessidade de ir além do ensino obrigatório para conseguir um emprego, independentemente do país a que pertençam, dizem ainda que são necessários pelo menos mais 3 anos para adquirir esse emprego. Na verdade, na opinião de 26,2% dos jovens que responderam afirmativamente é necessário ter concluído, no mínimo, o 1º ciclo do ensino superior para que alguém se candidate a um emprego remunerado como o do respondente. Mais uma vez existe associação ($p\text{-value} < 0,001$) entre a opinião dos jovens de cada país e a sua posição perante o ensino superior.

Os jovens suecos, os noruegueses e os britânicos que detêm o ensino superior acreditam conseguir encontrar com facilidade um emprego equivalente ou melhor do que aquele que possuam. No ponto oposto encontramos os portugueses, os espanhóis e os húngaros, sendo aqueles que consideram ter maior dificuldade. Ao compararmos os dados dos jovens que têm ensino superior (Tabela 8) com os dos jovens que não têm ensino superior (Tabela 9) observamos que continuam a ser os jovens noruegueses, suecos e

britânicos os que julgam encontrar um emprego equivalente ou melhor com facilidade, mesmo não tendo o ensino superior. Todavia, ainda que a maior parte dos jovens europeus com o ensino superior veja com facilidade a aquisição desse emprego, o mesmo não acontece quando analisamos o conjunto dos jovens sem ensino superior, onde todos eles, à excepção dos noruegueses e dos suecos, afirmam ser difícil encontrar um emprego do mesmo tipo daquele que possuam ou ainda melhor. Ter frequentado o ensino superior revela ser uma vantagem no mercado de trabalho, e a análise dos dados revela exactamente que, para quase todos os países em que exista uma associação entre a opinião dos jovens sobre a facilidade ou dificuldade de encontrar um emprego e a situação destes perante o ensino superior (*p-value* varia entre 0,000 e 0,050, exceptuando para Portugal e Espanha, em que os valores são, respectivamente, 0,39 e 0,10).

Tabela 8 – Opinião dos jovens com ensino superior sobre a facilidade/dificuldade de encontrar um emprego equivalente ou melhor.

Países	Difícil	Nem fácil nem difícil	Fácil
Alemanha	15,4	9,7	16,8
Espanha	21,2	3,6	10,6
França	19,6	13,7	26,9
Hungria	32,4	6,9	9,8
Noruega	12,9	8,1	32,9
Portugal	17,9	15,5	14,3
Reino Unido	18,0	8,3	32,7
República Checa	19,7	9,1	14,8
Suécia	7,1	4,3	42,6
Total	18,9	9,0	23,3

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Tabela 9 - Opinião dos jovens sem ensino superior sobre a facilidade/dificuldade de encontrar um emprego equivalente ou melhor.

Países	Difícil	Nem fácil nem difícil	Fácil
Alemanha	13,0	7,8	9,7
Espanha	22,3	8,5	6,2
França	16,8	7,4	12,6
Hungria	22,1	5,8	5,8
Noruega	8,1	8,9	22,6
Portugal	21,3	8,8	14,4
Reino Unido	19,0	5,4	15,6

República Checa	17,8	6,6	9,3
Suécia	9,5	10,7	18,5
Total	16,7	7,7	12,2

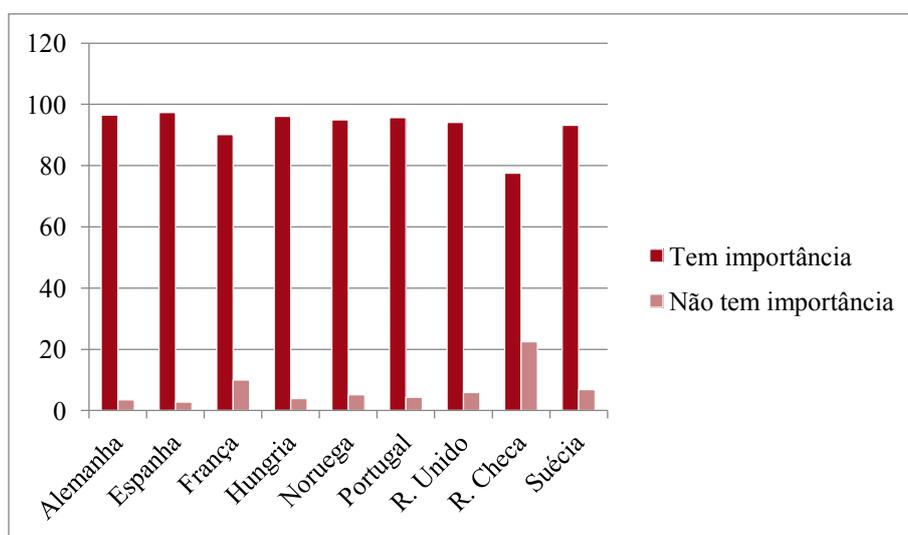
Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Se até agora os dados revelaram que ter o ensino superior pode influenciar a opinião dos jovens sobre o modo como encaram as possibilidades de entrada no mercado de trabalho, ao analisarmos as atitudes perante o trabalho a situação é um pouco diferente. Escolhemos três variáveis que nos mostram a importância que os jovens atribuem a três factores na escolha de um emprego: a segurança que esse emprego possa proporcionar, o salário elevado e as oportunidades de formação que esse emprego possa oferecer.

Não existe uma associação entre a importância da segurança na escolha do emprego e a situação perante o ensino superior nem na totalidade dos países, nem quando analisamos cada país individualmente, com excepção para os dois países nórdicos, a Suécia e a Noruega, onde há evidência estatística para não rejeitar essa hipótese de associação entre as variáveis. No entanto, parece existir uma influência da situação perante o ensino superior quando analisamos a importância do salário elevado. Contudo, isto apenas se verifica quando os dados são analisados de forma agregada. À excepção da República Checa e da Noruega em nenhum dos outros países existe associação entre as variáveis. Algo semelhante se verifica no caso da importância das oportunidades de formação na escolha do emprego, ainda que esta seja, das três, a variável em que em mais países existe uma relação com o facto dos jovens frequentarem ou não o ensino superior. Efectivamente, apenas não há associação entre as variáveis no caso da França, Alemanha, Noruega e Reino Unido (ver anexo – tabela IV). Estes dados revelam, portanto, que não existe uma forte influência da frequência do ensino superior na construção de atitudes perante o trabalho, ou seja, quer tenham ou não frequentado o ensino superior, as atitudes dos jovens são similares.

A Figura 5 permite-nos perceber que os jovens europeus, de todos os países analisados, atribuem uma importância bastante expressiva à segurança aquando da escolha de um emprego, sendo que cerca de 90% ou mais dos jovens lhe atribuem uma grande importância. Apenas na República Checa se regista uma percentagem mais baixa, mas ainda na ordem dos 78%.

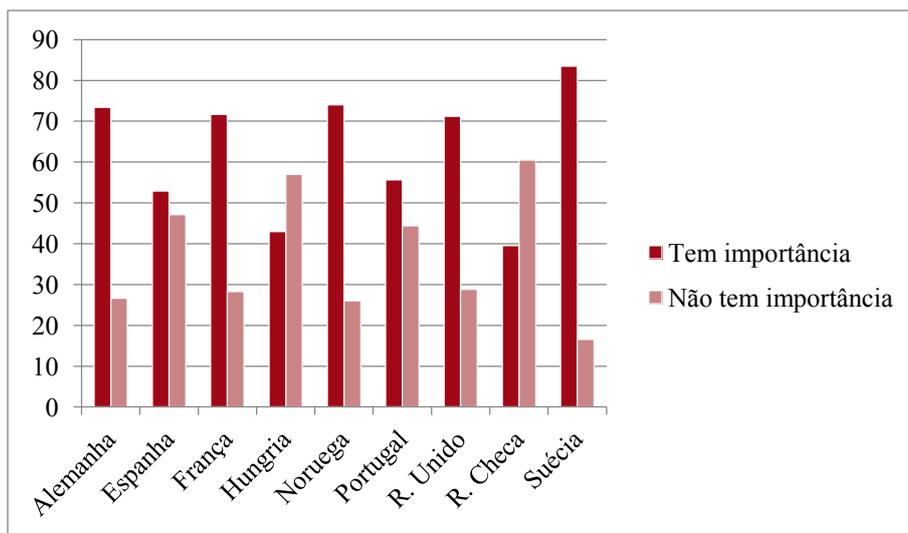
Figura 5 – Importância atribuída à segurança pelos jovens europeus na escolha do emprego (%).



Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

A importância atribuída ao salário elevado na escolha do emprego varia de país para país (ver Figura 6). Para os jovens checos e húngaros, o salário elevado que possam vir a receber no emprego não se revela ser um factor importante na escolha do emprego. Todavia, nos restantes países é atribuída bastante importância a esta condição, sendo os jovens da Suécia, os da Noruega e os da Alemanha os que mais importância dão a este factor na escolha do seu emprego.

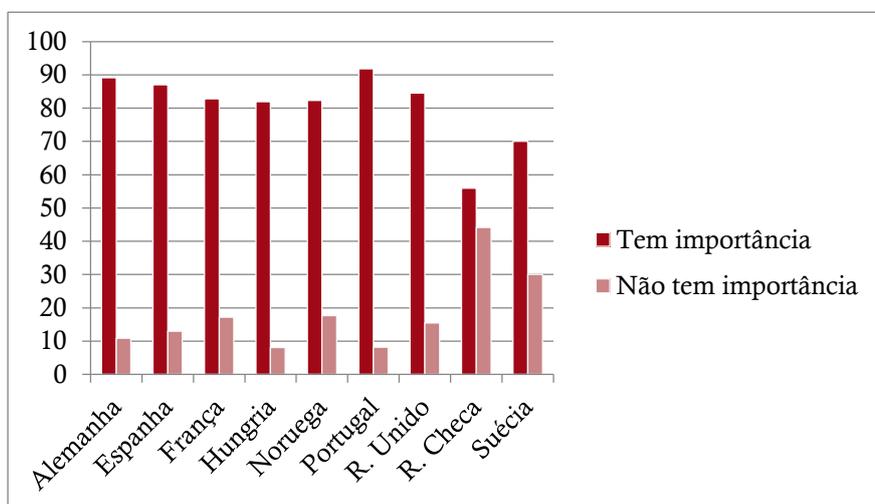
Figura 6 – Importância atribuída ao salário elevado pelos jovens europeus na escolha do emprego (%)



Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Também as oportunidades de formação que um emprego possa oferecer são bastante valorizadas pelos jovens europeus. Os portugueses, os alemães e os espanhóis são os jovens que conferem maior importância a este factor no momento da escolha do emprego enquanto que os jovens da República Checa são os que dão menor importância às oportunidades de formação oferecidas pelo emprego (ver Figura 7).

Figura 7 – Importância atribuída às oportunidades de formação pelos jovens europeus na escolha do emprego (%).



Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Se ordenamos por ordem de importância que cada país atribui a cada um destes factores de escolha do emprego (ver Tabela 10) em todos os países a segurança oferecida pelo emprego surge em primeiro lugar. À excepção do caso dos jovens suecos, para os quais o salário elevado parece ter maior importância, as oportunidades de formação que um emprego possa oferecer é o factor indicado em segundo lugar pelos jovens. Isto permite-nos deduzir que a estabilidade no emprego que actualmente deixou de existir nos moldes que existia tradicionalmente é, ainda assim, bastante valorizada pelos jovens, tendo em consideração a maior importância que todos os países atribuem ao factor “segurança” em detrimento dos outros dois factores.

Tabela 10 – Comparação da importância que os jovens europeus atribuem a cada factor de escolha de um emprego (%).

Países	Segurança	Salário elevado	Oportunidades de formação
Alemanha	96,5	73,4	89,1
Espanha	97,3	52,9	87,0
França	90,1	71,7	82,8
Hungria	96,1	43,0	81,9
Noruega	94,9	74,0	82,3
Portugal	95,7	55,6	91,8
Reino Unido	94,1	71,2	84,5
República Checa	77,5	39,5	55,9
Suécia	93,2	83,5	70,0
Total	92,5	62,1	80,2

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

5. Conclusão

As sociedades estão em constante mutação. Mudam de geração para geração e ao longo dos tempos. Variam também no espaço. Importa, principalmente em momentos de tão acentuada e visível mudança, compreender essas transformações, que se ao longo dos anos já se tornam significativas, mais relevância têm ainda se captarmos, comparativamente, as semelhanças e/ou diferenças entre as sociedades.

Billari e Wilson (2001) referiram a necessidade demais estudos comparativos sobre a transição para a vida adulta, tendo sido a análise individual a norma. Acrescentamos a esta ideia que a complexidade dos estudos comparativos pode ser uma das razões para o maior número de análises individuais. Efectivamente, as diferenças entre os países, quer a nível social, demográfico ou económico, e no caso particular do presente estudo, a variedade de modelos de sistemas de ensino superior podem dificultar a análise de um fenómeno – a transição para a idade adulta – que por si já é deveras complexo.

Este estudo teve como objectivo identificar indicadores que auxiliem a pesquisa científica na explicação de comportamentos das transições para a vida adulta, lançando algumas pistas sobre o modo como os comportamentos dos jovens europeus são influenciados pela participação no ensino superior. A primeira

observação que podemos fazer é a de que, numa perspectiva global, não parece existir uma homogeneidade de comportamentos, opiniões ou atitudes. Nem mesmo os países geograficamente próximos, ou até os que possuem fronteiras em comum, parecem corresponder a um modelo idêntico. Portanto, o único padrão entre os países é a inexistência de padronização, prevalecendo a diversidade.

A análise dos dados permite-nos fazer mais algumas conclusões. De acordo com o objectivo central deste estudo estamos agora em condições de identificar três indicadores que poderão explicar as ‘novas’ transições para idade adulta, na Europa dos nossos dias. O primeiro são as *exigências do mercado de trabalho*: há uma evidente consciência por parte dos jovens europeus da necessidade que hoje os indivíduos têm de investir na sua formação para além do ensino obrigatório. E mais ainda, para uma maioria expressiva destes jovens europeus, é necessário pelo menos uma licenciatura ou a frequência de três anos além do ensino obrigatório, para que um indivíduo esteja em condições de se candidatar a um emprego remunerado semelhante ao que detêm no momento actual. Este é um claro reflexo da crescente competitividade e das novas exigências impostas pelo mercado de trabalho, que a revisão da literatura já havia identificado e que a análise dos dados veio confirmar (Kóvaks, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007).

O segundo indicador que emerge da nossa análise é a *dificuldade em arranjar emprego*. De forma complementar ao primeiro indicador, a dificuldade em arranjar um emprego é sentida pela quase totalidade dos jovens dos países analisados, ainda que alguns – poucos – detentores de nível de ensino superior afirmem sentir maior facilidade em encontrar um emprego equivalente ou até mesmo melhor do que aquele que já possuem. Alguns autores (Kulgelberg, 1998; Kóvaks, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Parente *et al*, 2011) direccionaram-nos no início não só para a ideia da elevada competitividade do mercado de trabalho mas também para os obstáculos que surgem aos jovens na procura e depois na aquisição de um emprego. As *exigências do mercado de trabalho* estão fortemente relacionadas com a *dificuldade em arranjar um emprego*. Estes dois indicadores poderão ser os responsáveis do prolongamento da “juventude”; uma juventude mais educada e que investe no seu futuro, adiando a vida de “adulto”, motivada pela dificuldade de encontrar emprego. Todavia, precisaremos de aprofundar a nossa investigação no sentido de melhor esclarecer esta relação.

E, por fim, surge um indicador que denominamos de *estabilidade no emprego*. Apesar da importância dada às oportunidades de formação que um emprego pago possa oferecer aos jovens trabalhadores, assim como da importância que alguns jovens atribuem ao salário elevado que possam retirar de um emprego, o factor “segurança” é aquele que mais importância tem para grande parte dos jovens inquiridos, independentemente da sua nacionalidade.

Referências

Arbo, Peter; Benneworth, Paul (2007), “Understanding the regional contribution of higher education institutions: a literature review”, Education Working Paper nº 9, OECD.

Calderón, Adolfo Ignacio; VARGAS, Maria Carolina; Pedro, Rodrigo Fornalski (2010), “A UNESCO e a responsabilidade social da educação superior”, apresentação realizada no XVIII Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE, “Deontologia, ética e valores na educação – Utopia e realidade”, Universidade de Lisboa, 18-20 Fevereiro.

ESS ROUND 5: European Social Survey Round 5 Data (2010). Data file edition 1.0. Norwegian Social Science Data Services, Norway – Data Archive and distributor of ESS data.

EUROPEAN COMMISSION (2007). *Organização do Sistema Educativo em Portugal*.

EUROPEAN COMMISSION (2008). *The Education system in Sweden*.

EUROPEAN COMMISSION (2010). *Organization of the education system in the United Kingdom – England, Wales and Northern Ireland*.

EUROPEAN COMMISSION (2010). *Organization of the education system in Hungar*.

- EUROPEAN COMMISSION (2010). *Organization of the education system in Norway*.
- EUROPEAN COMMISSION (2011). *Organization of the education system in Czech Republic*.
- EUROPEAN COMMISSION (2011). *Organization of the education system in Spain*.
- EUROPEAN COMMISSION (2011). *Organization of the education system in Germany*.
- Eurostat (2012). European Commission – Statistics.
- Mello, Galvão de (1993), *Probabilidades e Estatística, Conceitos e Métodos fundamentais*. Escolar Editora: Lisboa.
- Guerreiro, Maria das Dores; Abrantes, Pedro (2007), *Transições Incertas. Os jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Kóvacs, Ilona (2002), *As metamorfoses do Emprego*, Oeiras, Celta Editora.
- Kugelberg, Clarissa (1988), “Imagens culturais dos jovens suecos acerca do início da vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 27, pp. 41-57.
- Oliveira, Luísa; Carvalho, Helena e Veloso, Luísa (2011), “Formas atípicas de emprego juvenil na União Europeia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 66, pp. 27-48.
- Pais, José Machado (1990), “A construção sociológica da juventude – alguns contributos”, *Análise Social*, vol. XXV: 105-106, pp.139-165.
- _____ (2003), *Culturas Juvenis*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa.
- _____ (2005), “Jovens europeu – retrato de diversidade”, *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, V. 17, n.º 2.
- Parente, Cristina; Ramos, Madalena; Marcos, Vanessa; Cruz, Sofia Alexandra e Neto, Hernâni Veloso (2011), “Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 65, pp. 69-93.
- Wall, Karin (2001), “Introduction”, in Lynne, Chisholm e Lillo, Antonio e Leccardi, Carmen e Richter, Rudolf, *Family forms and young generation in Europe*, Viena: Austrian Institute for Family Studies.

ⁱO presente trabalho está integrado no âmbito do projecto“(Re)definição de umarede de Ensino Superior em Portugal: desafiosdecorrentes da demografia, do crescimentoeconómico e da coesão regional” (PTDC/CPE-PEC/103727/2008), financiadopelaFundaçãoopara a Ciência e Tecnologia.

ⁱⁱO *European Social Survey* é um questionário direccionado para a pesquisa académica, fundado em 2001, e cujo principal objectivo é “reunir dados sobre a mudança de valores, atitudes, atributos e padrões de comportamento” dos países europeus. As bases de dados são de livre acesso e estão disponibilizadas em <http://www.europeansocialsurvey.org/>. A versão dos dados utilizada neste estudo é a ESS5-2010 Edição 1.0, lançada a 26/10/2011.

ⁱⁱⁱ Enquadram-se aqui todos os indivíduos desde aqueles que não tenham completado o nível ISCED 1 até aos que concluíram o nível vocacional ISCED 4A, para acesso ao ensino superior.

Anexo

Tabela I – Distribuição dos indivíduos pelas amostras dos vários países.

Países	Frequência	Percentagem
Alemanha	3031	16,6%
Espanha	1885	10,4%
França	1728	9,5%
Hungria	1561	8,6%
Noruega	1548	8,5%
Portugal	2150	11,8%
Reino Unido	2422	13,3%
República Checa	2386	13,1%
Suécia	1500	8,2%
Total	18211	100,0%

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Tabela II– Jovens por número de anos de ensino completos (%).

Países	Até 12 anos	Entre 13 e 17 anos	18 ou mais anos	13 ou mais anos
Alemanha	42,2	49,2	8,5	57,7
Espanha	29,9	47,7	22,4	70,1
França	30,3	59,6	10,2	69,8
Hungria	49,6	43,7	6,7	50,4
Noruega	37,5	54,2	8,3	62,5
Portugal	72,4	24,0	3,6	27,6
Reino Unido	33,0	53,9	13,1	67
República Checa	48,1	47,7	4,2	51,9
Suécia	54,3	42,8	2,9	45,7
Total	43,3	47,6	9,2	56,6

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Tabela III – Opiniões dos jovens do ensino superior sobre a necessidade de se ter um nível de ensino além do obrigatório(%).

Países	Sim, é necessário	Não, não é necessário
Alemanha	68,1	31,9
Espanha	67,6	32,4
França	64,4	35,6
Hungria	82,4	17,6
Noruega	77,9	22,1
Portugal	78,4	21,6
Reino Unido	56,5	43,5
República Checa	76,0	24,0
Suécia	79,2	20,8
Total	70,1	29,9

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Tabela IV –*p-value* de *Pearson* para o teste qui-quadrado, por país, segundo a importância de factores na escolha de um emprego.

Países	Importância da segurança	Importância do salário elevado	Importância das oportunidades de formação
Alemanha	0,315	0,244	0,763
Espanha	0,783	0,106	0,000
França	0,164	0,599	0,912
Hungria	0,966	0,658	0,010
Noruega	0,026	0,006	0,534
Portugal	0,100	0,661	0,068
R. Unido	0,427	0,401	0,418
R. Checa	0,829	0,097	0,000
Suécia	0,04	0,844	0,017
Total	0,155	0,001	0,000

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.